



Sustentabilidade ambiental na Serra de Bodoquena no contexto da legislação de Mato Grosso Sul

Environmental sustainability in the Serra de Bodoquena in the context of the legislation of Mato Grosso Sul (Brazil)

Ademir Kleber Morbeck Oliveira, Luciana Correia Diettrich

RESUMO:

A Serra da Bodoquena, localizada no sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, possui características naturais *sui generis*, as quais se destacam como importantes elementos de atratividade turística, principalmente para o município de Bonito. Considerando que o turismo deve preocupar-se com a sustentabilidade do ambiente natural e que as políticas públicas de turismo são instrumentos de ordenação desta atividade com vistas ao seu desenvolvimento e manutenção, este estudo objetivou avaliar a sustentabilidade ambiental no município de Bonito, no âmbito das políticas públicas de turismo e seu potencial de efetividade para este município. O levantamento das políticas mencionadas foi realizado por meio de trabalhos publicados e de ferramentas de pesquisa da internet, bem como diretamente na Secretaria e na Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, no Conselho Municipal de Turismo de Bonito e na Secretaria de Turismo de Bonito. Foi ainda aplicado um questionário em cada um dos mencionados órgãos públicos com a finalidade de identificar as políticas mais relevantes e o conhecimento que estes têm sobre elas. Pôde-se constatar que, embora existam políticas públicas de turismo de Mato Grosso do Sul e de Bonito que presumam a conservação do meio natural, não há consenso entre tais políticas e os gestores públicos de turismo, assim como a sustentabilidade nelas prevista não objetiva verdadeiramente a proteção do ambiente natural. Ademais, os gestores não possuem conhecimento suficiente para garantir a aplicabilidade das políticas existentes.

PALAVRAS CHAVE: Meio Ambiente; Políticas Públicas; Atividade Turística; Conservação; Bonito.

ABSTRACT: The Serra of Bodoquena, located in the southwestern State of Mato Grosso do Sul (Brazil), has *sui generis* characteristics that stand out as important elements of tourist attractions mainly from the Bonito city. The tourism should be concerned with the sustainability of the natural environment and that public policies are instruments of order this activity with a view to their development and maintenance. Thus, the objective of this study was to evaluate the environmental sustainability in the Bonito city in the context of public policy on tourism and its potential for the effectiveness of this municipality. The lifting of the policies mentioned was carried out by means of published works and research tools on the Internet, as well as directly with the Secretariat and the Foundation of Tourism in the State of Mato Grosso do Sul, in the Municipal Council of Bonito and the Secretariat of Tourism of Bonito. It was also applied a questionnaire to each of the listed public bodies with the purpose of identifying the most relevant and the knowledge that they have on them. It was found that, although there are Mato Grosso do Sul and Bonito's public policies of tourism, which assume the conservation of the natural environment, there is no consensus between these policies and the public managers of tourism, as well as sustainability in them will not want to truly protect the natural environment. In addition, managers do not have sufficient knowledge about the existing policies, to ensure their applicability.

KEYWORDS: Environment; Public Policies; Tourism; Conservation; Bonito.

Introdução

Turismo e meio ambiente correlacionam-se por meio de interferências, impactos e dependência entre ambos pela qual, inevitavelmente, este meio se transforma. Os elementos da natureza, através da atividade turística, são, ao mesmo tempo, motivo de atração, de lazer e de entretenimento, e recursos dos quais o turismo necessita para sua existência.

Essa relação é bastante complexa e pode causar vários efeitos ambientais adversos e/ou benéficos pois, se por um lado o turismo é capaz de prejudicar o ambiente, por outro, ele tem a capacidade de contribuir para com sua conservação (OLIVEIRA, 2008).

Para Moretti (2000), conciliar sustentabilidade ambiental e atividade turística torna-se difícil, pois o turismo está associado ao consumo, à produção de espaço e de mercadorias, destruindo o ambiente natural para construir um ambiente propício à atividade turística.

Já Mendonça (2001), em relação à atividade turística e seus efeitos ambientais, destaca duas vertentes: se por um lado o turismo possibilita impactos negativos nas localidades receptoras sob as mais diversas circunstâncias, por outro, ele é capaz de proporcionar o contato direto do homem com a natureza. Como consequência, uma relação intensa e direta, a troca de aprendizado, o respeito e um maior conhecimento, o que gera melhor qualidade de percepção das características ambientais locais, levando tudo isso ao afeto, ao respeito e à solidariedade para com as populações locais e futuras.

Quanto a expressões como “turismo sustentável” e “desenvolvimento sustentável” (as quais abarcam desenvolvimento, crescimento, preservação e conservação e, portanto, complexos), as mesmas têm sido cada vez mais utilizadas para tratar deste liame, mas o paradigma sobre seus conceitos carece de amadurecimento, pois tem sido tratado de forma bastante superficial pelos pesquisadores de turismo (HUNTER, 1997; MEBRATU, 1998; BUTLER, 1999). Porém, para o setor, não há dúvidas em relação aos benefícios que o turismo deve e/ou pode proporcionar ao ambiente.

Por meio da *World Tourism Organization* (UNWTO), o setor se apresenta atento à sustentabilidade ambiental, assegurando que as principais preocupações da atividade turística estão centradas nos impactos que o meio ambiente sofre, decorrentes das atividades econômicas e, em especial, na degradação dos recursos e no grau de irreversibilidade (OMT, 2001).

Além disto, para a UNWTO, o turismo tem um significativo papel a ser desempenhado em relação ao desenvolvimento sustentável e, se bem gerido, pode beneficiar as comunidades locais e os ambientes naturais e culturais dos quais depende. Desta maneira, em reconhecimento ao potencial apresentado pelo turismo, as Nações Unidas declararam o ano de 2017 como o Ano Internacional de Turismo para o Desenvolvimento Sustentável (WTO, 2013; 2015; DIETRICH *et al.*, 2016).

Em 2015, a cúpula das Nações Unidas admitiu que o turismo tem a capacidade de monitorar os impactos ambientais e gerir os recursos naturais (BRASIL, 2015a).

Pelo prisma da legislação brasileira, a atividade turística, por meio da Lei 11.771 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, deve alcançar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção da natureza, uma vez que estabelece que as viagens devem “[...] *gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade*” (SENADO FEDERAL, 2015).

Tal Lei corrobora o estabelecido pela Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 225, o qual determina que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos os seus cidadãos, assim como sua preservação é um dever do poder público e da coletividade que devem defendê-lo e preservá-lo, pois é fundamental à qualidade de vida.

Assim sendo, as políticas públicas tornam-se importantes mecanismos do poder público para garantir a sustentabilidade do ambiente por meio da atividade turística e suas políticas na medida em que compete a estas a promoção de normas, diretrizes, estímulos, controle, entre outros meios, que apoiem e/ou orientem as ações adotadas pela área, pois de tais políticas devem se originar ações necessárias para o desenvolvimento sustentável e para a proteção dos interesses da sociedade (SOLHA, 2006).

No campo conceitual, política pública diz respeito a um conjunto de regras e ações elaboradas e executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade (DIAS, 2003), enquanto política de turismo se refere aos fatores condicionantes e de diretrizes básicas que definem os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país. Logo, aos órgãos públicos de turismo são designadas as funções de: determinar prioridades, criar normas, administrar recursos e estímulos, dar as diretrizes e promover as facilidades do planejamento das empresas do setor (BENI, 2001).

Finalmente, é oportuno mencionar a relevância da formalização das políticas públicas, pois é ela que propicia a comunicação e o entendimento entre governo e cidadania, tornando-se a base de referência. Todavia, para que uma política pública ocorra, é preciso, sobretudo, que haja ações que materializem uma intenção oficial (HEIDEMANN; SALM, 2010).

No sudoeste de Mato Grosso do Sul, a Serra da Bodoquena é uma região de grande beleza que se destaca pelas suas características naturais singulares, das quais a atividade turística se prevalece, com os seus rios sendo considerados como os principais atrativos turísticos, devido a sua cristalinidade (LOBO; MORETTI, 2009; OLIVEIRA *et al.*, 2009). As águas cristalinas são decorrentes da grande quantidade de calcário que possuem e que promovem a deposição de partículas nos sedimentos (SILVA, 2015).

Tal beleza é resultado das peculiaridades geográficas da região, localizada em uma área de transição entre o bioma Cerrado e o Pantanal (uma planície de inundação) e assentada sobre rochas carbonáticas. Da associação desse tipo de rocha com o sistema hidrográfico, emergem rios subterrâneos, sumidouros, ressurgências e cascatas (SILVA, 2015).

Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho são os municípios que integram a Serra, onde também se localiza o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (OLIVEIRA *et al.*, 2009). Embora a atividade turística já ocorra, de alguma forma, em

todos esses municípios, em Bonito o turismo já se encontra consolidado, destacando-se entre os demais (SILVA, 2015).

Neste município, o turismo se vale de sua beleza e riqueza para ofertar atividades e roteiros diversificados. São grutas, rios de águas cristalinas, cachoeiras, fauna e flora diversificada, entre outros elementos naturais que viabilizam atividades de interação, tais como trilhas, mergulhos, flutuação, rapel, entre outros (ICMBIO, 2013).

O desenvolvimento do turismo em Bonito se deu de forma repentina e rápida. Pode-se considerar que esta atividade surge na década de 1970 e se desenvolve expressivamente entre 1980 e 1990, devido às várias iniciativas com a finalidade de impulsionar, organizar e profissionalizar esta atividade (VARGAS, 2001; TRENTIN; SANSOLO, 2006).

No âmbito de sua ordenação, desde então, os governos federal, estadual e municipal já manifestavam interesse pelo incremento do turismo, demonstrado por meio do envolvimento e do apoio aos projetos e estudos realizados. Além disso, organizaram-se vários grupos em forma de conselhos, comissões, associações, ONGs e cooperativas, representando os diversos setores econômicos públicos e/ou privados, com vistas à organização das estruturas, dos serviços e das atividades oferecidas aos visitantes. Leis foram promulgadas, ações tomadas, políticas estabelecidas e investimentos realizados, entre outras medidas em busca de melhorias (BOGGIANI, 2001; RIZZO, 2010; SILVA, 2015).

Todavia, é importante esclarecer que, não obstante tudo isso, muitas vezes o ambiente natural sofreu as consequências das iniciativas que visavam ao desenvolvimento do setor turístico, como por exemplo, as obras de pavimentação da rodovia MS-382, ligando a cidade de Guia Lopes da Laguna a Bonito, considerada como uma infraestrutura básica para a atividade turística, que contribuiu para a degradação do ambiente, devido aos desmatamentos ocorridos (CAMARGO; JOIA, 2004).

Acompanhando o desenvolvimento do turismo, a infraestrutura turística assim como o número de empregos gerados e o fluxo de turistas no município expandiram-se vertiginosamente (SILVA; PADILHA, 2012).

Ressalte-se, no entanto, que a inserção da atividade turística no município não substituiu as demais atividades econômicas já existentes, quais sejam, agropecuária e extrativismo do calcário, mas interferiu na distribuição demográfica de sua população, de rural para, predominantemente, urbana. Atualmente o turismo é considerado a segunda atividade econômica, após a pecuária (VARGAS, 2001; SILVA; PADILHA, 2012).

Desta maneira, o turismo se tornou uma fonte de renda para parte da população, com o poder público regulando o uso dos recursos naturais. Porém a regulação envolve, em sua maior parte, a obtenção de recursos financeiros. Assim, justifica-se o estudo da legislação e se realmente o arcabouço jurídico é eficaz na preservação do meio ambiente, levando-se em consideração a sustentabilidade ambiental e social.

Por estes motivos, levando-se em consideração a atividade turística e seu potencial de alteração, objetiva-se com este trabalho avaliar a sustentabilidade ambiental no município de Bonito, no âmbito das políticas públicas estaduais e municipais de turismo e seu potencial de efetividade para este município. Como

objetivos específicos, identificar as políticas relacionadas ao turismo, correlacionar tais políticas com a sustentabilidade ambiental e, avaliar a eficácia das políticas ambientais no município.

Procedimentos Metodológicos

Área de estudo

O estudo foi desenvolvido no município de Bonito, localizado na Serra da Bodoquena, Mato Grosso de Sul, Brasil (Figura 1).

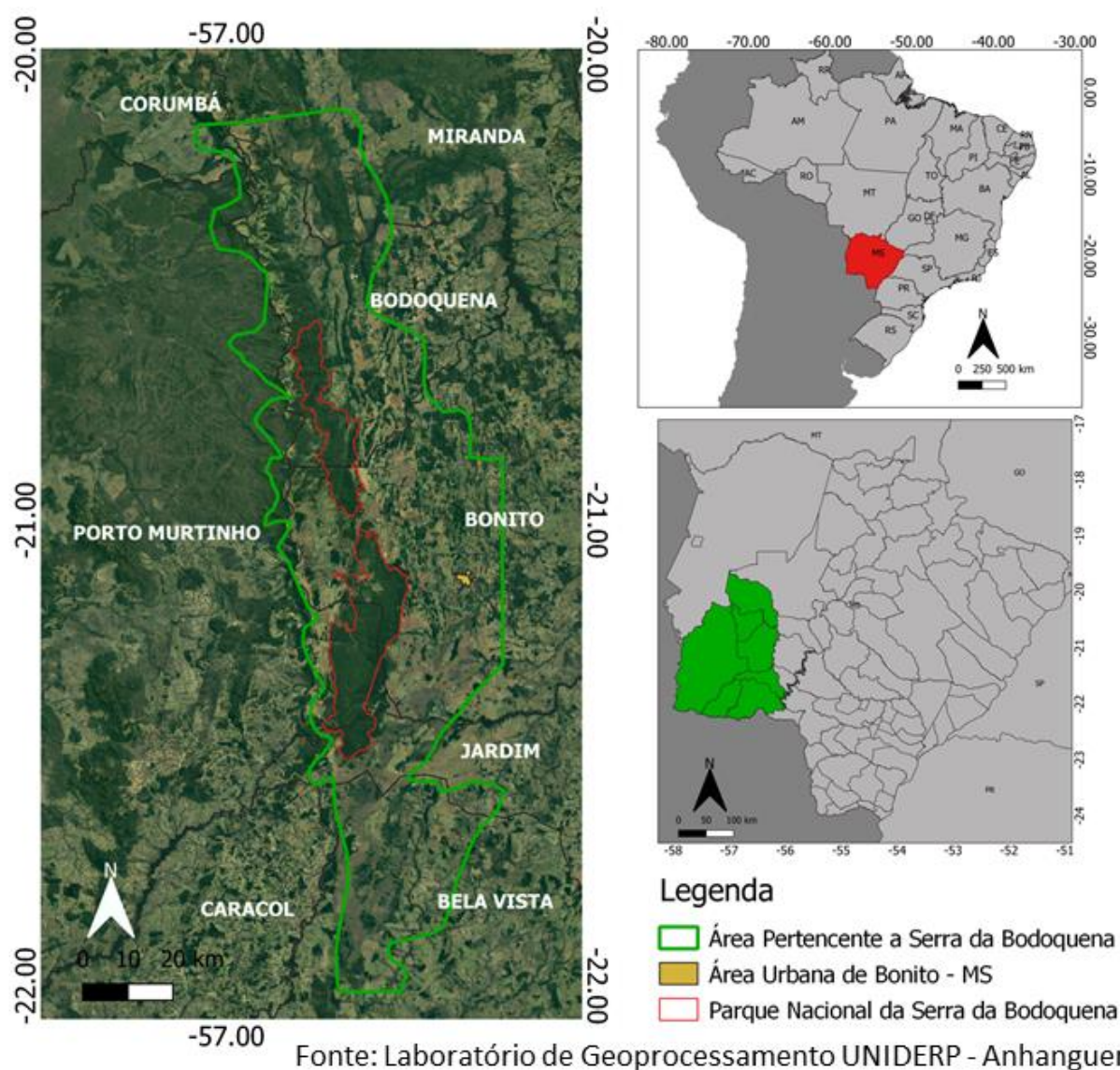


Figura 1: Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul. **Fonte:** organização Ana Paula Garcia Oliveira (2019).

Figure 1: Bonito, Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul, Brazil.

Source: organization by Ana Paula Garcia Oliveira (2019).

Políticas públicas e órgãos selecionados

As políticas restringiram-se àquelas propostas pelos órgãos públicos dos governos estadual e municipal de turismo, entre os anos de 1995 e 2014, com levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação (SECTEI), Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR), Secretaria de Turismo de Bonito (SECTUR) e Conselho Municipal de Turismo de Bonito (COMTUR).

Coleta de dados

Em relação à existência de políticas públicas de turismo de Mato Grosso do Sul, os dados foram coletados junto às instituições determinadas para esta investigação e em consulta à *internet*, em bases de dados, tais como: periódicos, sites institucionais, banco de dados da Capes, Diário Oficial do Estado e dos Municípios, entre outros. Buscou-se documentos, artigos e/ou demais trabalhos publicados que contivessem tais informações.

A partir destes elementos, elaborou-se um questionário com a finalidade de identificar as políticas que norteiam a atuação das instituições públicas de turismo de Mato Grosso do Sul e o conhecimento que estas entidades têm em relação às políticas anteriormente identificadas. Este instrumento de coleta foi aplicado aos órgãos aqui delimitados.

Os documentos (projetos, leis, planos e outros) mencionados como importantes e aqueles reconhecidos pelos respondentes foram avaliados, buscando-se: (1) verificar a existência de políticas que vislumbrem a sustentabilidade ambiental natural, (2), aquelas efetivamente conhecidas e utilizadas e, (3) aquelas que são passíveis de resultar na sustentabilidade ambiental do município de Bonito.

As informações foram, ora compiladas em quadros, ora evidenciadas e relacionadas à teoria acerca do assunto em questão.

Resultados e Discussão

A organização e gestão das políticas de turismo do Estado atualmente é ordenada pela Secretaria de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação (SECTEI) e pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR).

À SECTEI compete a função de estabelecer as políticas públicas de turismo em nível estadual, além de apoiar ações e os diversos segmentos que compõem a atividade em Mato Grosso do Sul com vistas ao seu crescimento e sua sustentabilidade (DIETRICH, 2017). Já a FUNDTUR, que é vinculada à SECTEI, tem como missão a promoção do turismo do Estado como atividade econômica, ambiental e socialmente justa (MATO GROSSO DO SUL, 2019).

No município de Bonito, a gestão pública do turismo está vinculada à Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio (SECTUR) e ao Conselho Municipal de Turismo de Bonito (COMTUR). Cabe à SECTUR coordenar e implementar ações para o desenvolvimento do turismo local por meio de tarefas básicas e, como missão, promover o desenvolvimento sustentável através da política municipal de turismo para o fortalecimento dos segmentos de turismo, indústria e comércio e a valorização da comunidade bonitense (CAMARGO; JOIA, 2004).

Quanto ao COMTUR, este tem por objetivo formular a política municipal de turismo, visando criar condições para o incremento e desenvolvimento da atividade turística no município, sendo este responsável pelo planejamento e organização do setor, caracterizando-se como um órgão de maior poder do município (CAMARGO; JOIA, 2004).

As principais políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Bonito se configuram, em sua maioria, em proposições, ações desenvolvidas e/ou objetivos a serem alcançados.

Este formato converge para a definição de políticas públicas descritas por Heidemann e Salm (2010, p.29), que as consideram como “[...] *ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade*”.

No contexto estadual, as seguintes políticas públicas de turismo foram mencionadas como as principais norteadoras das ações da FUNDTUR: (1) o Plano Estadual de Turismo, (2) a promoção e apoio à comercialização e (3) à implantação de infraestrutura receptiva no Estado.

Também foi mencionado o apoio a eventos municipais geradores de fluxo e as melhorias na malha aérea como outras importantes políticas públicas de turismo para esta fundação.

Já a SECTEI informou que as políticas de turismo mais relevantes são: (1) o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), (2) o apoio ao desenvolvimento de projetos turísticos organizados em cinco componentes: estratégia de produtos turísticos, de comercialização, fortalecimento institucional, infraestrutura, serviços básicos e gestão ambiental e, (3) as propostas, orientações, formulação e acompanhamento de programas e projetos, visando à implementação das políticas públicas de fomento e aperfeiçoamento do turismo e dos serviços.

Também foram assinaladas como importantes políticas públicas para essa secretaria, (1) o apoio às micro, pequenas e médias empresas turísticas estabelecidas no Estado, (2) a manutenção de articulação com instituições e agentes produtivos, visando à atração e ao desenvolvimento de iniciativas turísticas, (3) o acompanhamento das ações relativas à implantação de infraestrutura necessária para o desenvolvimento sustentável do turismo no Estado e (4) proposições de medidas de apoio à exploração sustentável dos recursos naturais, culturais e históricos para o turismo.

Em relação ao município de Bonito e SECTUR, foram listadas como as mais importantes políticas públicas: (1) inovar na promoção e na divulgação do destino turístico, (2) conhecer o turista, o mercado, o território e (3) qualificar profissionais. Além destas, para esta secretaria, outras políticas orientam suas ações, quais sejam: (1) a gestão da Gruta do Lago Azul e do Balneário Municipal, (2) conhecer a comunidade e valorizá-la, (3) fortalecer a cultura local e a produção associada e (4) apoiar a captação e realização de eventos no município.

O COMTUR informou como políticas mais relevantes para ele, (1) a promoção e divulgação do turismo do Mato Grosso do Sul nos mercados nacionais e internacionais, (2) a política de apoio à captação e promoção de eventos indutores de fluxo turístico em baixa temporada e (3) a política de incentivo fiscal para ampliação da aviação regional. A qualificação dos prestadores de serviços turísticos

e o Observatório do Turismo foram também mencionados por este órgão como políticas que norteiam suas ações.

Os resultados indicam que na esfera estadual apenas uma de suas políticas de turismo consideradas relevantes para suas ações se apresenta formalmente formatada, o PRODETUR, já que o Plano Estadual de Turismo se encontra em fase de elaboração. Em nível municipal, todas as políticas destacadas como mais importantes, referem-se a intenções, ou ações realizadas, nenhuma delas encontra-se formalizada.

Contudo, importante esclarecer aqui que esta constatação não significa uma avaliação sobre a relevância de tais ações, tampouco de seus resultados.

Solha (2006) explica que nesta área, as preocupações em se estabelecer políticas adequadas só começam quando o setor adquire importância econômica ou começa a causar problemas. Antes disso, ocorrem ações espontâneas, com pouco ou nenhum controle de seu desenvolvimento, guiando-se apenas pelas leis do mercado.

Indispensável também é informar que, quanto ao PRODETUR, este se refere a uma política nacional, ou seja, uma política bastante abrangente que tem como objetivo

[...] fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional, buscando, com isso, a geração de emprego e renda, em especial para a população local (BRASIL, 2015b).

Desta maneira, o Estado tenta seguir as diretrizes nacionais, embora ainda necessite de ações mais pontuais e integradas para que os objetivos sejam atingidos. Neste sentido, é possível apoiar-se no alerta do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (SCDB, 2015) que aponta para a necessidade de consolidação ou o desenvolvimento de políticas em um âmbito subnacional (p.e., em regiões e estados) e *in loco* em nível local.

Cada localidade contém suas especificidades no que diz respeito às suas características socioeconômicas, culturais, tecnológicas, legais, ecológicas, geográficas, entre outras. Por isto, não há modelos de gestão ou fórmulas que sejam universais, ou seja, a generalização de administração, atuação e implementação de políticas públicas é realmente inviável (SILVEIRA *et al.*, 2014).

Assim, compreende-se necessária a adaptação das políticas pelas diferentes regiões, tornando-se inócua apenas a aceitação dos planos maiores.

Sobre o papel da formalização das políticas públicas, se comparado à definição de política de turismo de Goeldner *et al.* (2002), é possível inferir que é por meio dessa formalização que as intenções governamentais se tornam abrangentes na medida em que as deixam evidentes a todos os envolvidos e/ou interessados.

A formalização, na perspectiva de Heidemann e Salm (2010), é o que permite a comunicação e o entendimento entre governo e cidadania, tornando-se a base de referência sobre as políticas públicas vigentes.

À luz da teoria, as políticas públicas se concretizam por meio de um processo (conforme o modelo adotado). Este, resumidamente, efetua-se da seguinte forma: são, primeiramente, politicamente decididas com a finalidade de resolver problemas sociais previamente estudados; e, em seguida, formuladas e implementadas. Ressalte-se que isto acontece quando as políticas são colocadas em ação, desdobrando-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas (SOUZA, 2006; HEIDEMANN; SALM, 2010).

A partir daí, verifica-se se as partes interessadas foram satisfeitas em suas demandas e, finalmente sujeitas a sistemas de acompanhamento, sendo avaliadas a fim de continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou descontinuidade (SOUZA, 2006; HEIDEMANN; SALM, 2010).

Considerando a importância de cada uma das etapas mencionadas, pode-se entender que estas se tornam mais fáceis de ocorrerem se as políticas estiverem documentadas, ou seja, a falta de formalização pode dificultar o cumprimento de todo o ciclo que envolve o processo das políticas públicas.

Porém, Rodrigues (2010) acredita que o processo de formação das políticas dificilmente servirá como referência a um fato real. Uma das principais causas apontada por Sampaio e Araujo (2006) é o fato de que há uma desconexão entre o saber dos formuladores e o dos implementadores das políticas. Para estes autores (p. 344), *“as políticas são formuladas por profissionais que têm conhecimentos teóricos e compreendem a problemática em tela, diferentemente dos atores que de fato as implementam”*.

Quanto à análise das políticas públicas de turismo levantadas e considerando a vertente da sustentabilidade do ambiente natural, é plausível afirmar que esta não é uma das principais preocupações do governo estadual e municipal, na medida em que estas políticas estão muito mais direcionadas à promoção, divulgação, comercialização e infraestrutura dos destinos, inclusive de Bonito.

Esta realidade conflui para os estudos de Fratucci (2014) e de Silveira *et al.* (2014), que indicam que o setor turístico tem, costumeiramente, priorizado a promoção, comercialização e desenvolvimento de produtos turísticos diversificados. Suas políticas públicas têm, em sua maioria, evidenciado o negócio e a atividade em si e desconsiderado todos os demais agentes sociais responsáveis pela atividade.

Os dados apontados não concorrem aos propósitos estabelecidos para cada um destes órgãos, principalmente se forem consideradas as características naturais da Serra da Bodoquena e do município de Bonito e a preocupação com a sustentabilidade da atividade turística, bem como não estão de acordo com as tipologias de turismo ofertadas por este município, as quais estão, em sua maioria, alicerçadas em seus atrativos naturais.

Ademais, estes resultados não correspondem também à preocupação que o Governo Federal demonstra em relação à biodiversidade por meio do turismo, expressada pela Lei 11.771 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

Butler (1999), contudo, adverte que o setor público, como um dos componentes da indústria do turismo, deve estar disposto tanto a comprometer-se com os princípios de sustentabilidade quanto disposto a aplicar políticas e ações sustentáveis para que todos os esforços neste sentido surtam efeitos.

O levantamento sobre as políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso do Sul permitiu identificar a existência de 11 políticas formalizadas, além das mencionadas pelos respondentes e quando perguntado se estas políticas são de conhecimento destes órgãos públicos, a maior parte respondeu que sim (Quadro 1).

Os resultados obtidos permitem outras constatações: (1) existem políticas públicas de turismo para o Estado que se encontram formalizadas por meio de planos, leis, programas e estratégias, as quais foram elaboradas e estabelecidas; (2) em sua maioria, são de conhecimento de todos os investigados; e, (3) mesmo assim, nenhuma delas se encontra dentre aquelas consideradas como as mais importantes pelos entrevistados.

De forma concisa e prática, o que ocorre é que o Plano Estadual de Turismo, a única política local a ser formalizada e declarada importante, encontra-se em fase de elaboração, enquanto as políticas já elaboradas/oficializadas/estabelecidas não são julgadas como as mais relevantes, figurando-se em esforços desperdiçados.

Quadro 1: Conhecimento de algumas políticas públicas de turismo pelos órgãos governamentais de Mato Grosso do Sul e Bonito.

Table 1: Knowledge of some public tourism policies by the government agencies of Mato Grosso do Sul and Bonito.

Políticas públicas	SECTEI		FUNDTUR		SECTUR		COMTUR	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS para o período de 2008 a 2020-Região Bonito-Serra da Bodoquena		X	X		X		X	
Estratégia de Desenvolvimento do Turismo de MS para o período de 2009 a 2020		X	X		X		X	
Lei 2.135 de 14 de agosto de 2000. Política para o desenvolvimento do Ecoturismo de MS		X	X			X		X
Lei 689/95. Torna obrigatório o acompanhamento de guias de turismo nos passeios turísticos locais (Bonito)		X	X		X		X	
Lei nº 919/2002 - Dispõe sobre as atribuições do Guia de Turismo local (Bonito)		X	X		X		X	
Plano de desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local do Turismo: Rota Pantanal/Bonito	X		X		X		X	
Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Região Bonito Serra da Bodoquena	X		X		X		X	
Plano de Marketing - Polo turístico de Mato Grosso do Sul - Polo Bonito - Turismo Serra da Bodoquena (2014)	X		X		X			X
Plano Municipal de Turismo de Bonito - Lei 1.302		X	X		X		X	
Programa de classificação dos municípios		X	X		X		X	
Resolução Normativa nº 01/95 - Regulamenta a instituição do voucher único		X	X		X		X	

Fonte: Organizado pelos autores. **Source:** Organized by the authors.

Por meio dos dados apresentados (Quadro 1), pode-se entender também que, se há uma integração entre o Estado de Mato Grosso do Sul, a região da Serra da Bodoquena e o município de Bonito, esta não ocorre por meio das políticas públicas de turismo já formalizadas, na medida em que a SECTEI nem ao menos conhece a maioria destas políticas (conhece apenas 27,3%). Já o COMTUR tem conhecimento de 81,8% das políticas e a SECTUR conhece 90,9%. Apenas a FUNDTUR revelou conhecer 100% das políticas aqui estudadas. Embora a maioria dos órgãos pesquisados possua conhecimento de boa parte das políticas, vale frisar que em nível estadual, as políticas de turismo são diretamente atreladas à SECTEI.

Sobre a integração das políticas acima mencionadas, o SCDB (2015) acredita que é necessário que esta ocorra verticalmente entre todos os níveis de governo.

Em relação à análise das políticas públicas existentes, identificadas e apresentadas (Quadro 1), as primeiras constatações se referem a seus proponentes, suas dimensões e à promoção da sustentabilidade do meio natural por essas políticas (Quadro 2).

Foi identificada a existência de 7 políticas públicas de turismo, que envolvem, de alguma forma e medida, a sustentabilidade ambiental (Quadro 2), as quais, consoante a delimitação e propósitos deste estudo, serão abordadas com mais atenção. Cabe ressaltar que das 11 políticas listadas (Quadro 1), duas não foram discutidas (As Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS para o período de 2009 a 2020 e sua aplicabilidade e, Plano de desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local do Turismo: Rota Pantanal/Bonito), conforme explicado posteriormente.

O Governo de Mato Grosso do Sul, por meio da FUNDTUR, elaborou estratégias que visam ao desenvolvimento do turismo abrangendo o período de 2008 a 2020 para cada uma das 10 regiões turísticas do Estado e as entende como diretrizes das ações em prol do desenvolvimento do turismo.

Referente à região da Serra da Bodoquena, tal documento primeiramente apresenta as potencialidades e os diferenciais da região para os seguintes segmentos turísticos: (1) ecoturismo, (2) turismo cultural, (3) de estudos e intercâmbio, (4) de aventura, (5) de negócios e eventos e (6) turismo de pesca. Em seguida são expostas 8 macro-estratégias, 22 estratégias e diversas ações relacionadas à governança e gestão pública, estruturação dos segmentos turísticos e roteirização, infraestrutura turística e de apoio, qualificação da atividade turística e marketing.

Pelo prisma da sustentabilidade ambiental, pode-se afirmar que esta é pontualmente contemplada pela referida política por meio de diversas ações, com destaque àquelas relacionadas à infraestrutura (Quadro 3).

Quadro 2: Proponentes, abrangências e promoção da sustentabilidade do meio natural por algumas políticas públicas de turismo de Mato Grosso do Sul.

Table 2: Proponents, scope and promotion of the natural environment sustainability by some Mato Grosso do Sul public tourism policies.

Política	Proponente	Abrangência	Medida que promove a sustentabilidade do meio natural
Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS para o período de 2008 a 2020 - Região Bonito – Serra da Bodoquena	FUNDTUR	Serra da Bodoquena	Envolve ações focalizadas na promoção da conservação do ambiente.
Lei 2.135 de 14 de agosto de 2000. Política para o desenvolvimento do Ecoturismo de MS	Deputado Londres Machado	Estadual	Na medida em que está pautada no conceito de ecoturismo.
Lei 689/95. Torna obrigatório o acompanhamento de guias de turismo nos passeios	Prefeitura Municipal	Bonito	Não promove.
Lei nº 919/2002 - Dispõe sobre as atribuições do Guia de Turismo local	Prefeitura Municipal; Secretaria Municipal de Turismo	Bonito	Institui o limite máximo de pessoas por visita (guia) nos atrativos.
Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Serra da Bodoquena	SEPROTUR*	Serra da Bodoquena	Entre outros: -Reconhece as peculiaridades e a importância das características ambientais naturais para a atividade turística e sua fragilidade; -Dentre as estratégias necessárias para o turismo, encontra-se o respeito ao ambiente; -Sugere 18 ações para a gestão com vistas à qualidade ambiental; -Identifica como oportunidade a ordenação do crescimento, preservação e atrativos turísticos; -Apresenta diversas sugestões de ações para a melhoria do meio.
Plano de Marketing Turístico - Polo Bonito - Serra da Bodoquena	SEPROTUR; PRODETUR NACIONAL; FUNDTUR	Bonito / Serra da Bodoquena	-Dentre as ações é sugerida campanha envolvendo temas de prevenção e redução de impactos socioambientais do turismo; -Compreende a fragilidade ecológica da região e vislumbra a garantia de sua sustentabilidade.
Plano Municipal de Turismo de Bonito – Lei 1.302	Prefeitura Municipal	Bonito	-Envolve a conservação ambiental; -A sustentabilidade é prevista por meio da proteção, preservação e conservação do ambiente como um de seus princípios; e -O turismo é compreendido como um fator de conservação ambiental.
Programa Classificação dos Municípios	FUNDTUR	Estadual	Um dos 4 critérios de avaliação para classificação é a sustentabilidade do município.
Resolução Normativa nº 01/95 - Regulamenta o Voucher Único	COMTUR	Bonito	Não promove.

*Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo - de onde se originou a SECTEI.

Fonte: Organizado pelos autores. **Source:** Organized by the authors.

Quadro 3: Ações propostas pela política “Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS para o período de 2008 a 2020 - Região Bonito e Serra da Bodoquena” que abarcam a sustentabilidade.

Table 3: Actions proposed by the policy "MS Tourism Development Strategies for the period 2008 to 2020 - Region of Bonito and Serra da Bodoquena" concerned to sustainability.

CATEGORIAS	AÇÕES
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar a implantação de novos empreendimentos turísticos com sustentabilidade ambiental e sócio-econômica; • Melhorar a infraestrutura, estudo de capacidade de carga, elaboração do plano de manejo do Parque Municipal Cachoeira do Apa, Porto Murtinho; • Ampliar e estruturar o sistema de coleta de resíduos sólidos; • Buscar alternativas de equipamentos ambientalmente corretos; • Criar e/ou melhorar o aterro sanitário; • Sensibilizar e implementar coleta seletiva nas cidades.
Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar Monitores Ambientais; • Formatar curso de Guia de Turismo e Monitores Ambientais para requalificação dos guias e monitores já credenciados e formação de novas turmas; • Promover treinamento municipal para sensibilização visando à separação do lixo; • Realizar a qualificação da população local através de programas que abordem a importância de atender bem aos turistas e preservando o meio ambiente.
Sensibilização Conscientização	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar, incentivar e apoiar para que os empresários busquem a licença ambiental definitiva; • Buscar parcerias para sensibilização das empresas quanto à importância da conscientização ambiental: reflorestamento, energias alternativas e tratamento de água e de resíduos; • Criar mecanismos que possibilitem a sensibilização ambiental dos turistas.
Gestão pública	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar os gestores públicos (legislativo e judiciário) das Unidades de Conservação quanto à inserção à atividade turística sustentável.

Fonte: Organizado pelos autores. **Source:** Organized by the authors.

Importante ressaltar que tal política é proposta por um órgão estadual (FUNDTUR) e direcionada para uma importante região turística do estado mas não é de conhecimento de outra instituição da mesma área e nível (SECTEI) que, supõe-se, terem interesses em comum.

Outra interessante constatação em relação ao conhecimento pela política acima descrita é a de que, embora a SECTUR tenha afirmado conhecer tal política, não soube informar se a mesma está sendo e/ou foi aplicada, ou seja, este conhecimento é bastante restrito.

Sobre a Lei 2.135 de 14 de agosto de 2000, a qual institui a Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo do Estado de Mato Grosso do Sul, se forem considerados os propósitos (teóricos) deste segmento turístico, não há como discordar da contribuição desta lei para com a conservação do ambiente.

Todavia, se for considerado que este tipo de responsabilidade não deve estar restrito a esta tipologia de turismo, pouca seria a diferença que tal lei causaria. Conforme o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007), o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser aplicado a qualquer segmento do turismo e em qualquer

escala, desde o turismo de massa e seus grandes *resorts* até aquele desenvolvido em pequena escala e em lugares ambientalmente frágeis, de ecossistemas únicos e natureza preservada.

Para Butler (1999), supor que o turismo centrado na natureza será automaticamente sustentável pode ser, além de incorreto, prejudicial. Em relação ao ecoturismo, por exemplo, se for pensado que esta tipologia ocorre em ambientes altamente sensíveis e vulneráveis, os impactos decorrentes desta atividade talvez sejam bastante graves e seus efeitos cumulativos.

Cabe ressaltar que a mencionada Lei (Lei 2.135) não está regulamentada.

Quanto à promoção da sustentabilidade ambiental por meio da Lei nº 919, de 13 de maio de 2002 (dispõe sobre as atribuições do Guia de Turismo local e sobre a obrigatoriedade de seu acompanhamento nos passeios turísticos em Bonito), esta limita-se em estabelecer o número máximo de visitantes nos atrativos.

A este respeito, Azevedo (2014) acredita que estes profissionais, por manterem o contato direto com os visitantes quando da prática turística, podem assumir o papel de educadores ambientais, orientando os visitantes, tanto de forma prévia como durante as visitas, levando-os a refletir sobre a necessidade de respeito ao ambiente e incentivando-os quanto à adoção de práticas sustentáveis.

O PDITS da região de Bonito e da Serra da Bodoquena aqui estudado diz respeito a sua segunda versão. Datado de dezembro de 2011, é uma revisão e adequação de 2004. Pode-se entendê-lo como uma importante política para o turismo da região, pois se caracteriza como “[...] um instrumento de planejamento do turismo no Polo da Serra da Bodoquena [...] a fim de dotar este instrumento de atualidade e eficácia” (MATO GROSSO DO SUL, 2011, p. 18).

Trata-se de um documento bastante minucioso que se inicia com a avaliação da versão anterior e apresentação de alguns resultados por ela alcançados. Especificamente em relação ao meio ambiente no município de Bonito, a maioria destes resultados está relacionada à infraestrutura (embora seja sabido que esta, muitas vezes, pode mitigar a depredação da natureza).

Contudo, tais ações restringiram-se a uma visita de especialistas para avaliar o potencial turístico da região e prováveis impactos ambientais causados pelas ações do programa, além de verificar os sistemas de esgoto sanitário e de água existentes. Então, foram estabelecidas as premissas para a realização dos projetos de água, esgoto, ambiental e análise econômica e financeira, entregues em agosto de 2004 ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), além de obras de drenagem urbana.

Na versão 2011, o PDITS objetiva:

- Promover o aumento dos níveis de competitividade do Polo Serra da Bodoquena no mercado turístico internacional;
- Coordenar as ações de políticas públicas e articular de forma convergente os investimentos públicos e privados;
- Promover a qualificação profissional e a capacitação continuada dos gestores públicos, das entidades de governança e dos atores do *trade* para fortalecer o planejamento e a gestão compartilhada da atividade turística;

- Ampliar e melhorar a oferta de infraestrutura econômica, social e urbana no polo;
- Promover ações de sustentabilidade econômica e ambiental, visando à melhoria da qualidade de vida da população local;
- Diversificar os segmentos turísticos do polo e aumentar o número de atrativos.

A partir dos objetivos estabelecidos, observa-se que a sustentabilidade do meio natural se apresenta subjacente às prioridades do PDITS, ou seja, pode ser contemplada (ou não) por cada uma destas intenções. Isto é, pode ser uma forma de competitividade, pode estar inserida nas políticas públicas e ser condição para a melhoria da infraestrutura. Porém, da forma como se apresenta, são apenas possibilidades.

Apesar disto, é importante esclarecer que o PDITS reconhece que a biodiversidade da região da Serra é um importante elemento para o crescimento e consolidação do turismo e, sendo assim, este quesito encontra-se dentre as estratégias e ações sugeridas. Neste sentido, destacam-se as estratégias de fortalecimento do ecoturismo e a melhoria da qualidade ambiental.

Considerados os princípios do ecoturismo e os elementos naturais como um dos componentes do ambiente, infere-se que esta estratégia irá interferir positivamente na natureza.

Por fim, é conveniente esclarecer que a versão anterior não foi totalmente implementada.

Referente à ocorrência das ações do PDITS, estas, de acordo com o Estado, estão acontecendo (para a FUNDTUR, as ações estão sendo aplicadas e para a SECTEI, encontram-se em fase de andamento), mas na perspectiva de Bonito, elas não ocorrem (conforme o COMTUR, não estão sendo aplicadas e a SECTUR não soube informar). Diante destes dados, inferem-se algumas possibilidades: (1) na prática o Plano não tem atingido o município, (2) não há parceria entre os órgãos na implementação desta política, mesmo sendo pertinente a todos eles e/ou (3) as ações têm sido irrelevantes para o turismo de Bonito.

Em se tratando do Plano de Marketing Turístico - Polo Bonito - Serra da Bodoquena e sua relação com a sustentabilidade, esta se dá pela perspectiva da competitividade de mercado, ou seja, as características naturais da região conservadas e o comportamento ecologicamente correto são fatores de atratividade.

Sendo assim, tal plano sugere, dentre as diversas ações, algumas que compreendem a melhoria do meio e a redução dos impactos provocados pelo turismo. Dentre elas estão: (1) a campanha envolvendo temas de prevenção e redução de impactos socioambientais do turismo (como a geração de resíduos e a depredação ambiental) e, (2) medidas de saneamento e destinação de resíduos sólidos.

A respeito da aplicabilidade de tal plano, a FUNDTUR e o COMTUR informaram que não está ocorrendo, a SECTEI esclareceu que as ações estão aguardando financiamento, e a SECTUR não soube informar sobre sua ocorrência.

A Lei 1.302 de 20 de setembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Municipal de Turismo de Bonito – MS, o define como

[...] um conjunto de estratégias e prioridades que orientam o desenvolvimento sustentável do turismo no Município, integrando sua política econômica, de forma planejada e organizada, consolidando-o como destino turístico e proporcionando a inclusão social de sua população e a conservação do meio ambiente (Art. 1º).

Embora a conservação do meio tenha sido mencionada, o exame deste documento permitiu considerar que o desenvolvimento e até mesmo o aumento do turismo em Bonito são as prioridades do governo municipal. Isto ocorre na medida em que os eixos estratégicos do mencionado plano demonstram (1) priorizar a promoção, divulgação, cultura e produção associada ao turismo, (2) o relacionamento do turismo com a comunidade, (3) as pesquisas e os estudos, (4) a qualificação dos serviços e, (5) o planejamento e a gestão.

Cabe ressaltar ainda que dentre as ações determinadas para cada um dos eixos estratégicos, não há nenhuma que se refira à sustentabilidade da biodiversidade. Porém deve-se ressaltar que os aspectos culturais locais, de acordo com a ampla definição do termo sustentabilidade, estão diretamente relacionados e assim, os eixos estratégicos 1 e 2 do plano estariam relacionados ao tema, embora não mencionem diretamente o termo biodiversidade.

Esta questão encontra-se mencionada entre os 10 princípios estabelecidos como orientadores do Plano:

I - sustentabilidade, buscando equidade social, eficiência econômica, valorização e respeito da cultura regional, proteção, preservação, e conservação do meio ambiente, que permita uma maior qualidade de vida aos atores envolvidos na atividade, direta e indiretamente (Art. 4º).

Assim sendo, depreende-se que esse quesito não recebe do Plano Municipal de Turismo de Bonito a mesma ênfase dada ao município pelos meios de comunicação (divulgação), quando mencionam a atividade turística na região. A exemplo disto, o Governo do Estado noticiou:

Bonito é um dos grandes destaques no cenário turístico nacional quando o assunto é natureza. Os cenários únicos aliados à preservação ambiental proporcionam aos turistas uma variedade de atrativos naturais. Nesta quinta-feira (24), o município recebeu o título de “Melhor Destino de Ecoturismo do Brasil” - Prêmio O Melhor de Viagem e Ecoturismo- 2015/2016, da Revista Viagem e Turismo, em parceria com o Guia Quatro Rodas, da Editora Abril (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

O Programa Classificação dos Municípios, da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, “visa induzir o desenvolvimento da atividade turística a partir do levantamento da infraestrutura turística e de apoio ao turismo disponíveis nos municípios [...]” (FUNDTUR, 2014).

Por meio de critérios técnicos, o mencionado programa busca identificar o nível de desenvolvimento dos municípios e direcionar apoio técnico e financeiro. São 4 critérios estabelecidos: (1) governança, (2) gestão pública municipal, (3) sustentabilidade do município e, (4) infraestrutura turística. Quanto ao quesito sustentabilidade, este corresponde à infraestrutura básica de apoio ao turismo no que concerne à sustentabilidade ambiental, produção cultural, proteção à infância e a juventude.

Poder-se-ia entender tal quesito como um critério capaz de motivar (em alguma medida) a sustentabilidade ambiental; no entanto, os resultados deste programa em 2014 (Figura 2) levam a discordar deste pensamento, pois, além ser um quesito de peso proporcionalmente menor que os demais, as ações, os incentivos e os benefícios a serem recebidos do Governo do Estado não envolvem, claramente, a sustentabilidade dos recursos naturais.

De qualquer forma, em se tratando desta política relacionada ao município de Bonito, os órgãos locais informaram que sua aplicabilidade não ocorreu.



Figura 2: Critérios utilizados para avaliação da infraestrutura dos municípios - pontuação média - 2014.

Fonte: FUNDTUR (2014).

Figure 2: Used criteria to evaluate the infrastructure of municipalities - average score - 2014.

Source: FUNDTUR (2014).

Por último, é importante registrar também as constatações abaixo descritas:

Foi percebido um enorme desencontro de informações em relação a algumas políticas públicas de turismo em Mato Grosso do Sul. A respeito das Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS para o período de 2009 a 2020 e sua aplicabilidade, a FUNDTUR informou que está ocorrendo, mas que não se trata de uma política e sim de um planejamento; a SECTUR afirmou não saber, pois esta política é de âmbito Estadual, já segundo o COMTUR, a aplicação da mesma encontra-se atrasada. Assim, foi impossível ter acesso a esta política e, consequentemente, avaliá-la.

Necessário esclarecer que tais estratégias revelam-se muito importantes, pois são mencionadas como instrumentos tanto do Plano Municipal de Turismo de Bonito quanto do Plano de Marketing do Polo turístico de Mato Grosso do Sul, Bonito/Serra da Bodoquena, da mesma forma que o Plano Estadual de Turismo é inexistente e mencionado como um dos instrumentos do Plano Municipal de Turismo de Bonito.

Sobre o Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local do Turismo: Rota Pantanal/Bonito, embora todos tenham afirmado conhecê-lo, foram obtidas as seguintes informações: “este plano está em andamento”, “não sei se está e/ou foi aplicado”, “não está atualizado”, “não foi formalizado”, “foi alterado” e, “parece que foi abandonado”.

Estas discrepâncias podem representar indicativos de falta de coesão entre os órgãos de turismo de Mato Grosso do Sul, entre as políticas e as ações e entre o que é (teoricamente) idealizado e sua aplicabilidade.

Além disso, a dificuldade enfrentada para acessar as informações e os documentos (as políticas públicas), retrata que os mesmos não estão facilmente disponíveis, o que não se considera como ideal, levando-se em consideração sua importância estratégica.

Conclusão

O Estado de Mato Grosso do Sul e o município de Bonito possuem políticas públicas de turismo envolvendo a sustentabilidade do ambiente natural, contudo, tais políticas encontram-se num contexto de completo descompasso entre estas, a legislação, seu conhecimento e a aplicação por parte dos órgãos responsáveis pela atividade turística.

Os principais gestores de turismo do Estado e município ainda não possuem o necessário conhecimento das políticas existentes, tampouco da legislação que regula o setor. O insuficiente conhecimento, por parte desses órgãos acerca das poucas políticas e leis existentes, resulta na ausência de sua aplicabilidade.

Ademais, apesar da existência do termo sustentabilidade nos diversos documentos, os mesmos, quando examinados a fundo, demonstram que tal termo não tem sido utilizado corretamente. Em sua maior parte, a sustentabilidade do ambiente natural se refere a questões estruturais, de propaganda e de crescimento da área, sem vínculos diretos com a preservação ambiental.

Conclui-se, portanto, que a sustentabilidade da biodiversidade da região é pouco beneficiada pelos órgãos públicos de turismo e suas políticas.

Referências

AZEVEDO, A.S.C. A educação ambiental no turismo como ferramenta para a conservação ambiental. **AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v.3, n.1, p.77- 86, 2014.

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 4ed. rev. São Paulo: SENAC, 2001. 517p.

BOGGIANI, P. C. Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo? In: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E.C. **Qual paraíso?** Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo: Chronos; Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2001. p.151-165.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo. **Roteiros do Brasil: Turismo e sustentabilidade.** Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007. 126p

BRASIL. Ministério do Turismo. **Desenvolvimento sustentável depende do turismo, diz ONU.** Publicado: Segunda, 28 de setembro de 2015a, 18h30. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/5538-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-depender-do-turismo,-diz-onu.html>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo.** Publicado: Quarta, 27 de maio de 2015b, 08h59. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-aco-es-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

BUTLER, R.W. Sustainable tourism: A state-of-the-art-review. **Tourism Geographies**, v.1, n.1, p.7-25, 1999.

CAMARGO, E.I.; JOIA, P.R. O gerenciamento do turismo em Bonito, MS. In: Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio Econômicos do Pantanal, 4, 2004, Corumbá. **Anais** eletrônicos... Corumbá: EMBRAPA, UFMS, UCDB, SEBRAE/MS, 2004.

DIAS, R. **Planejamento do turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003. 226p.

DIETRICH, L.C.D. Sustentabilidade do ambiente natural, políticas públicas e serviços turísticos: correlações existentes na Serra da Bodoquena – Mato Grosso do Sul. 2017. **Tese** (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, Universidade Anhanguera-Uniderp, Campo Grande, 2017.

DIETRICH, L.C.D.; OLIVEIRA, A.K.M.; GARCIA, D.S. The relationship between environmental education and tourist activity in accordance with the brazilian laws. **Athens Journal of Tourism**, v.3, p.139-154, 2016.

FRATUCCI, A.C. A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. In: PIMENTEL, T.D.; EMMENDOERFER, M.L.; TOMAZZONI, E.L. **Gestão Pública do turismo no Brasil:** teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul: Educs, 2014. p. 39-64.

FUNDTUR. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. **Programa de Classificação dos Municípios 2014 - 2ª Fase.** 2014. 21p.

GOELDNER, C.R.; RITCHIE, J.R.B.; MCINTOSH, R.W. **Turismo:** princípios, práticas e filosofias. Porto Alegre: Bookman, 2002. 478p.

HEIDEMANN, F.G.; SALM, J.F. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. 2ed. Brasília: UnB, 2010. 340p.

HUNTER, C. Sustainable tourism as an adaptive paradigm. **Annals of Tourism Research**, v.24, n.4, p.850-867, 1997.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação - DIMAN. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. Encarte 2. Brasil: Ministério do Meio Ambiente, 2013. 85p.

LOBO, H.A.S.; MORETTI, E.C. A natureza das políticas públicas: ecoturismo e conservação ambiental em Bonito - MS. **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**, v.4, n.1, p.1-15, 2009.

MATO GROSSO DO SUL. FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. **Bonito é eleito o melhor destino de Ecoturismo do Brasil**. 25 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.ms.gov.br/bonito-e-eleito-o-melhor-destino-de-ecoturismo-do-brasil/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Serra da Bodoquena – Versão Final**. Campo Grande: SEPROTUR, 2011. 493p.

MATO GROSSO DO SUL. FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.turismo.ms.gov.br/institucional/fundacao-de-turismo-de-ms/>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environmental Impact Assessment Review**, v.18, n.6, p.493-520, 1998.

MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, A.I.G. **Turismo: impactos socioambientais**. 3ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 19-25.

MORETTI, E.C. Ecoturismo: uma proposta (in)sustentável de produção e consumo do espaço pantaneiro. In: III Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal: Os desafios do novo milênio, 3, 2000, Corumbá. **Anais...** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2000.

OLIVEIRA, A.K.M.; FERNANDES, V.; GARNÉS, S.J.A.; SANTOS, C.R.B. Avaliação da perda da vegetação arbórea nativa na Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul, por meio de sensoriamento remoto. **RA´e GA - O Espaço Geográfico em Análise**, n.17, p.43-52, 2009.

OLIVEIRA, E.S. Impactos ambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré-Bahia. 2008. **Dissertação** (Mestrado em Cultura e Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz/Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2008.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001. 370p.

RIZZO, M.R. Encontros e desencontros do turismo com a sustentabilidade: um estudo do município de Bonito – MS. 2010. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

RODRIGUES, M.M.A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010. 94p.

SAMPAIO, J.; ARAÚJO JR., J.L. Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica para o estudo no campo da prevenção em Aids. **Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil**, v.6, n.3, p.335-346, 2006.

SCBD. Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. **Turismo favorecendo a Biodiversidade** - Um manual para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo. Montreal, 2015. 56p.

SENADO FEDERAL. **Turismo**. 3ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 102p.

SILVA, P.V; PADILHA, M.R. Turismo em Bonito/MS: a opinião dos moradores sobre as mudanças ocorridas na cidade. In: Congresso Latino Americano de Investigação Turística, 5, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, P.V. A importância da água para a percepção turística na bacia do rio Formoso em Bonito - MS. 2015. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2015.

SILVEIRA, C.E.; MEDAGLIA, J.; PAIXÃO, D.L.D. Política pública de turismo no Brasil: evolução estrutural, alterações da lógica partidária e tendências recentes de apoio ao turismo massificado. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. **Gestão Pública do turismo no Brasil**: teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul: Educs, 2014. p. 65-90.

SOLHA, K.T. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: RUSCHMANN, D.M.; SOLHA, K.T. (Org.) **Planejamento turístico**. Barueri: Manole, 2006. p. 89-100.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v.8, n.16, p.20-45, 2006.

TRENTIN, F.; SANSOLO, D.G. Políticas públicas de turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental: um estudo sobre Bonito - MS. **Turismo - Visão e Ação**, v.8, n.1, p.61-74, 2006.

WTO. World Tourism Organization. **Sustainable Tourism for development Guidebook**. First edition. Madrid (Spain), 2013. 228p.

WTO. World Tourism Organization. 2015. **United Nations declares 2017 as the international year of sustainable tourism for development**. Press Release. Disponível em: <<http://media.unwto.org/press-release/2015-12-07/united-nations-declares-2017-international-year-sustainable-tourism-develop>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

VARGAS, I.A. A gênese do turismo em Bonito. In: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. **Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. Campo Grande: Chronos, 2001. p.127-149.

Agradecimentos

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas de estudo concedidas.

Nota: Artigo derivado de tese de doutorado do Programa em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera - Uniderp.

Ademir Kleber Morbeck Oliveira: Universidade Anhanguera - Uniderp, Campo Grande, MS, Brasil

E-mail: akmorbeckoliveira@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9681273613446080>

Luciana Correia Diettrich: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil

E-mail: luciana.diettrich@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8241845364621307>

Data de submissão: 08 de maio de 2019

Data de recebimento de correções: 18 de junho de 2019

Data do aceite: 18 de junho de 2019

Avaliado anonimamente